

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS

**ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: UMA REFLEXÃO VOLTADA ÀS
COMPETÊNCIAS DISCURSIVAS¹**

**PORTUGUESE LANGUAGE TEACHING: A REFLECTION FOCUSED ON
DISCURSIVE SKILLS**

Letícia Regina Marcolin

Resumo: O ensino de Língua Portuguesa é frequentemente confundido com o ensino de nomenclaturas gramaticais. Contudo, há uma diferença entre eles, tendo em vista que a língua é mais do que apenas conceitualização e normas, ela é mecanismo de interação social. Em vista disso, a questão que norteia o estudo é: o que é, de fato, ensinar Língua Portuguesa na escola? Frente a isso, o presente trabalho busca esclarecer a diferença entre ensino de Língua Portuguesa e ensino de nomenclaturas gramaticais, refletindo sobre como a gramática está implicada no uso da língua e pode ser explorada nas atividades escolares com vistas ao efetivo desenvolvimento de competências discursivas dos estudantes. O presente estudo se configura como uma pesquisa bibliográfica e documental, visto que as discussões estão embasadas em estudos de Possenti (1996), Neves (2019), Oliveira (2010), Geraldi (2006) e Fiorin (2007), além do documento normativo da educação no território nacional, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2018). O estudo aponta que mais importante que ensinar nomenclaturas gramaticais aos estudantes, as aulas de língua precisam promover o desenvolvimento de competências discursivas associadas às práticas sociais, de modo que os sujeitos saibam ler, analisar e produzir textos/enunciados por meio dos quais interagem uns com os outros.

Palavras-chave: Língua; Ensino de Língua Portuguesa; Gramática; Nomenclatura gramatical; BNCC.

Abstract: The teaching of Portuguese Language is frequently confused with the teaching of grammatical nomenclatures. However, there is a difference between them, considering that language is more than just conceptualization and norms, it is a mechanism of social interaction. In view of this, the question that guides the study is: what is, in fact, teaching the Portuguese Language at school? In consideration of it, the present work seeks to clarify the difference between Portuguese Language teaching and grammatical nomenclature teaching, reflecting on how grammar is involved in language use and can be explored in school activities with a view to the effective development of students' discursive skills. The present study is configured as a bibliographical and documentary research, since the discussions are based on studies by Possenti (1996), Neves (2019), Oliveira (2010), Geraldi (2006) and Fiorin (2007), in addition to the normative document of education in the national territory, the National Common Curricular Base - BNCC (BRASIL, 2018). The study points out that more important than teaching grammatical nomenclatures to students, language classes need to promote the development of discursive skills associated with social practices, so that subjects know how to read, analyze, and produce texts/utterances through which they interact with each other.

Keywords: Language; Portuguese Language Teaching; Grammar; Grammatical Nomenclature; BNCC.

¹ Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão no curso de Letras - Português e Inglês da Universidade de Passo Fundo sob orientação da Profa. Dra. Luciana Maria Crestani.

1 INTRODUÇÃO

O ensino de Língua Portuguesa nas escolas é, muitas vezes, confundido com o ensino de nomenclaturas gramaticais. Isso ocorre porque as aulas de Língua Portuguesa na escola voltam seu foco prioritariamente à classificação dos fatos da língua, deixando de lado o seu potencial enquanto meio de interação. A língua é muito mais do que apenas um aglomerado de regras que precisam ser decoradas. Além disso, os falantes de uma língua já sabem, de forma internalizada, muitas regras (gramaticais) que regem essa língua. Ensinar Língua Portuguesa na escola é, então, ensinar o aluno a ser capaz de ler, interpretar, escrever e oralizar com os colegas, a família e a sociedade como um todo.

Nesse sentido, o presente trabalho busca esclarecer a diferença entre ensino de Língua Portuguesa e ensino de nomenclaturas gramaticais, refletindo sobre como a gramática está implicada no uso da língua e pode ser explorada nas atividades escolares com vistas ao efetivo desenvolvimento de competências discursivas dos estudantes. A pergunta que norteia a pesquisa é: o que é, de fato, ensinar Língua Portuguesa na escola?

Como objetivos específicos, busca-se compreender o sentido de língua em uso de acordo com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018); entender a concepção de ensino de gramática que se insere nela; explicitar como se pode efetuar a transposição didática de preceitos da BNCC (BRASIL, 2018) para as práticas de sala de aula, no que tange ao ensino de língua materna.

O presente estudo se configura como uma pesquisa bibliográfica e documental. Bibliográfica porque se embasa em estudos já realizados, entre eles as obras dos autores Possenti (1996), Neves (2019), Oliveira (2010), Geraldi (2006) e Fiorin (2007). Documental porque também se embasa na BNCC (BRASIL, 2018), documento normativo da educação no território nacional. Assim, é no diálogo entre preceitos da BNCC (BRASIL, 2018) e estudos de autores que pesquisam sobre o tema que se firmam as reflexões e a proposta prática deste trabalho, o qual se justifica na medida em que pode contribuir para repensar práticas de ensino de Língua Portuguesa e/ou suscitar novas e outras propostas que tenham como foco o desenvolvimento de competências discursivas dos alunos.

O trabalho é dividido em três seções. Na primeira seção se conceituará língua, trazendo também uma perspectiva de língua de acordo com a BNCC, pois não há como falar de ensino de Língua Portuguesa na escola sem levar em consideração os documentos oficiais que regem esse ensino, além de refletir sobre o que é uma aula de Língua

Portuguesa. A segunda seção trará uma breve definição de gramática e o que é uma aula de gramática, tendo em vista que quando se fala em gramática, pensa-se em terminologias gramaticais, classificações, normas e ensino da língua padrão. A terceira seção abordará diferenças e aproximações entre aula de Língua Portuguesa e aula de gramática, apontando alguns exemplos práticos.

2 LÍNGUA: TODOS SABEM PORTUGUÊS?

A língua faz parte da vida social de todos os seres humanos falantes de determinado idioma e, portanto, é essencial refletir sobre o ensino dela na escola. É comum ouvir pessoas falarem que não sabem português ou que não aprenderam nada de português na escola, mas há um equívoco nessa frase, pois se o sujeito sabe se comunicar em português, ele sabe português, afinal “*todos os que falam sabem falar*” (POSSENTI, 1996, p. 28, grifo do autor), além de que

Saber português significa não apenas ter o domínio inconsciente das estruturas gramaticais, das regras que regem essas estruturas e do léxico, mas também ter o domínio de normas socioculturais de comportamento que nos possibilitam interagir uns com os outros. (OLIVEIRA, 2010, p. 40).

A língua não se restringe a um amontoado de regras e nomenclaturas propostos nos compêndios gramaticais. A língua, além de dinâmica, “é um sistema eminentemente variável” (NEVES, 2019, p. 117), a qual possui uma infinidade de aspectos que a tornam complexa, ao mesmo tempo que é tão fácil a ponto de os falantes (até mesmo crianças) aprenderem essa língua e fazerem uso dela.

Pensar na língua dessa forma, então, é tê-la como resultado do convívio social pelo seu uso, pois “sem sujeito não há língua nem uso da língua” (OLIVEIRA, 2010, p. 33). Mais que isso, segundo Geraldi (2006, p. 41) “a linguagem [é vista] como o lugar de constituição de relações sociais, onde os falantes se tornam sujeitos”. Pensar na língua como forma de interação é compreender e aceitar as diversas variedades de uma mesma língua, tendo em vista que “a variedade linguística é o reflexo da variedade social” (POSSENTI, 1996, p. 33), a qual constitui a identidade de cada indivíduo e sociedade da qual pertence.

A escola, por ser um espaço marcado pela diversidade sociocultural, propicia aos alunos o contato com novas formas de uso da língua, pondo em evidência a complexidade

e a multiplicidade de sentido que pode ser expresso por diferentes escolhas lexicais. Ainda, é no ambiente escolar que os alunos terão a oportunidade de estabelecer relações com indivíduos fora de seu convívio social, criando assim novas redes de interação mediadas pela linguagem. Levando isso em consideração, os conhecimentos linguísticos devem ser construídos de forma gradativa durante todo o ensino básico, com vistas ao desenvolvimento de habilidades e competências que promovam a interação entre sujeitos.

Para que isso ocorra de forma organizada e sistematizada, o ensino na escola tem por base documentos oficiais, entre eles a BNCC (BRASIL, 2018), a qual rege e guia as atividades e práticas pedagógicas, regulamentando o ensino em todas as escolas brasileiras e garantindo o direito dos estudantes às aprendizagens essenciais ao longo da etapa da escola básica. A BNCC reconhece que “a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global” (BRASIL, 2018, p. 16), desenvolvendo nos alunos, por meio das competências e habilidades, a mobilização de conhecimentos, valores e atitudes para a formação de bons cidadãos. A BNCC (BRASIL, 2018) é dividida nas etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental - anos iniciais e finais - e Ensino Médio. Na BNCC (BRASIL, 2018), nas etapas do fundamental e médio, o componente de Língua Portuguesa faz parte da área do conhecimento de Linguagens. Segundo a BNCC,

Ao componente **Língua Portuguesa** cabe, então, proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens (BRASIL, 2018, p. 67, grifo do autor).

O ensino de Língua Portuguesa na escola, de acordo com a BNCC (BRASIL, 2018), deve priorizar o ensino da língua em uso e de sua reflexão, levando em consideração as relações sociais e as multimodalidades. Nesse sentido, o documento destaca quatro práticas de linguagens como eixos a serem explorados ao longo da educação básica: a oralidade, a leitura, a produção de textos e a análise linguística/semiótica. Essas práticas de linguagem precisam ser realizadas de forma contextualizada a partir do trabalho com diversos gêneros textuais presentes no cotidiano do aluno.

A BNCC (BRASIL, 2018) também enfatiza a necessidade da análise linguística e semiótica para que se desenvolvam nos alunos competências comunicativas e discursivas cada vez mais consistentes, auxiliando-os enquanto leitores e produtores de textos. Nesse

mesmo viés, aponta que aspectos gramaticais em momento algum devem ser abordados de forma isolada. Tendo em vista que,

Os conhecimentos sobre a língua, as demais semiotes e a norma-padrão não devem ser tomados como uma lista de conteúdos dissociados das práticas de linguagem, mas como propiciadores de reflexão a respeito do funcionamento da língua no contexto dessas práticas. (BRASIL, 2018, p. 139).

Assim, estudos gramaticais - sintáticos, ortográficos, etc. - devem estar presentes ao longo de todo período escolar seguindo uma progressão de conhecimentos de acordo com o período escolar em que os alunos se encontram (BRASIL, 2018). No entanto, o objetivo final desse trabalho não pode ser classificar palavras ou elementos da oração. Mas sim analisar as escolhas gramaticais (de concordância, de grafia, de pontuação, de variante linguística, etc.) feitas no enunciado para perceber os sentidos produzidos e como são produzidos.

Dessa forma, por meio dos diferentes eixos, campos de atuação, competências e habilidades que a BNCC traz, “as práticas de leitura/escuta e de produção de textos orais, escritos e multissemióticos oportunizam situações de reflexão sobre a língua e as linguagens” (BRASIL, 2018, p. 81), que tem como ponto de partida o estudo da língua em uso por meio de textos que fazem parte da realidade social e escolar.

Contudo, mesmo com documentos oficiais² que guiam a docência escolar, é comum ouvir ex-estudantes alegarem que não aprenderam nada nas aulas de Língua Portuguesa. Isso porque, provavelmente, foram expostos a um ensino que priorizava as nomenclaturas gramaticais. Não basta ensinar classes gramaticais e classificação. Até porque a língua “*não se aprende por exercícios, mas por práticas significativas*” (POSSENTI, 1996, p. 46, grifo do autor). Ou seja, é necessário que se trabalhe com atividades e textos de forma contextualizada e que façam sentido, para que assim se possa desenvolver nos alunos as habilidades e competências que a BNCC (BRASIL, 2018) traz e que saiam aptos da escola para exercer seu papel como cidadão.

O “ensino de português precisa ser visto como algo que diz respeito à língua usada por todos em todas as situações de comunicação” (FIORIN, 2007, p. 97). Dessa forma, uma aula de Língua Portuguesa deve partir da realidade do lugar onde os professores e alunos encontram-se, analisando a língua no uso cotidiano e criando práticas

² Muito do que está postulado na BNCC (BRASIL, 2018) já era apontado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ensino Fundamental (1998) e do Ensino Médio (2000).

significativas de aprendizagem para que aprendam a ler e escrever, sendo capazes de interpretar textos de diversos gêneros.

Ensinar os alunos a ler, escrever, oralizar e interpretar é muito mais importante do que ensinar que artigo vem antes do substantivo (o carro, a casa), até porque “*o que já é sabido não precisa ser ensinado*” (POSSENTI, 1996, p. 49, grifo do autor). Portanto, é de suma importância que o ensino de Língua Portuguesa seja pensado e elaborado, para que, por meio dele, os alunos aprendam a dominar a utilização da língua, percebendo como as diferentes escolhas linguísticas influenciam na produção de sentidos dos enunciados.

3 GRAMÁTICA: APENAS NORMAS?

Quando se fala de gramática, logo vem à mente a gramática vista na escola, a qual era apenas normas e usada para classificação das classes gramaticais e decoreba de nomenclaturas. Contudo, a gramática não se define por tal concepção. Possenti explica que o termo gramática assume três diferentes definições: “1) conjunto de regras *que devem ser seguidas*; 2) conjunto de regras *que são seguidas*; 3) conjunto de regras *que o falante da língua materna domina*” (1996, p. 63, grifos do autor).

A concepção de gramática como um conjunto de regras é a mais comumente lembrada quando se menciona o termo, tendo em vista que ainda é mais presente nas escolas. Esse tipo de gramática é conhecida como normativa ou prescritiva e traz um conjunto de regras que devem ser seguidas e que determinam o modo de falar e de escrever corretamente, de acordo com a língua padrão.

A segunda ideia de gramática apontada por Possenti é a de regras efetivamente seguidas pelos falantes de uma dada comunidade linguística. Essa concepção é conhecida como gramática descritiva, a qual descreve e explica a língua de acordo com o modo que é falada. Para Carneiro (2012, p. 14) “de acordo com essa concepção, a gramática tem a função de descrever os fatos da língua, encaixando-os em suas estruturas e regras de uso”, ou seja, a língua conforme evolui, vai se modificando, e a gramática descritiva ocupa-se de acompanhar essas evoluções e descrever as novas maneiras de uso da língua, pois “o critério de correção não é linguístico, mas social” (POSSENTI, 1996, p. 68). Também, para Oliveira (2010), por ser uma gramática que trabalha com estruturas, ela pode facilmente ser confundida ou assemelhada com sintaxe, contudo é um equívoco pensar e diminuir a gramática descritiva à classificação estrutural.

Por fim, tem-se a gramática da qual “designa o conjunto de regras que o falante de fato aprendeu e do qual lança mão ao falar” (POSSENTI, 2006, p. 48), que é a gramática internalizada. Essa se refere ao repertório que cada indivíduo carrega consigo e que faz uso para que haja comunicação, é a gramática que se aprende desde criança quando se entra em contato com a língua. Não é ensinado às pessoas que artigo vem antes do substantivo, apenas usa-se e se sabe que está correto.

À vista disso, fica claro que a “gramática refere-se a uma língua” (POSSENTI, 2006, p. 48), e, portanto, gramática não pode ser diminuída a apenas um tipo de conceituação e nem imposta como a única forma de se falar corretamente. Claro, que por meio da gramática normativa se aproxima da norma-padrão, mas para que se adentre nesse novo mundo linguístico não é necessário a decoreba de diferentes nomenclaturas.

Uma aula de Língua Portuguesa não pode se voltar apenas ao estudo das taxionomias e regras da gramática normativa, tendo em vista que a língua é muito mais que apenas um conjunto de regras. É de extrema importância que a escola crie condições para que os alunos saibam fazer uso da língua padrão, pois negar aos alunos a aprendizagem dessa variação é excluí-los do mundo mais privilegiado, mas há uma diferença entre uma aula de gramática e uma aula de nomenclatura gramatical, tendo em vista que “é perfeitamente possível aprender uma língua sem conhecer os termos técnicos com os quais ela é analisada” (POSSENTI, 1996, p. 53).

Pensar no ensino da gramática enquanto ensino de nomenclatura gramatical não adiciona muito conhecimento de língua aos alunos, pois “não basta aos usuários da língua conhecerem as formas linguísticas, se não souberem usá-las” (OLIVEIRA, 2010, p. 237). O ensino de gramática tradicional nas escolas, assim como Neves (2019) aponta, se organiza num ritual de atividades de classificação por meio de orações criadas para isso, analisando-se as categorias sem considerar a criação de sentidos que determinadas escolhas produzem, pois os exercícios são distantes da língua em uso.

Como bem argumenta Oliveira (2010, p. 250), “o professor de português precisa estar consciente que conhecer a nomenclatura gramatical não é o objetivo das aulas de português”, isso porque “é preciso que [o ensino] esteja voltado sempre para a compreensão da produção de sentidos” (FIORIN, 2007, p. 102). Dessa forma, na abordagem de aspectos gramaticais, é preciso que, segundo Neves (2019), as aulas partam da língua em uso em direção à norma-padrão, explorando práticas significativas e contextualizadas, tendo o texto como ponto de partida e ponto de chegada, com vistas ao

desenvolvimento de competências de interpretação e produção textual, como determina também a BNCC (BRASIL, 2018).

Sendo assim, vê-se a grandiosidade de possibilidades que a gramática traz e percebe-se que é na escola o lugar onde deve-se refletir sobre essas questões de língua e pensar nela enquanto uso, não excluindo nenhuma variedade, nem negando o acesso à língua de mais prestígio. Ainda, é preciso desmistificar a ideia de que estudar gramática é só para falar bonito, pois “falar e escrever bem é, acima de tudo, ser bem-sucedido na interação” (NEVES, 2019, p. 130), ou seja, não basta decorar nomenclaturas e saber fazer uso da língua apenas na teoria, a língua só existe por causa da interação e é nas situações comunicativas que se firma como representativa de determinada comunidade.

4 DIFERENÇA ENTRE AULA DE LÍNGUA PORTUGUESA E AULA DE NOMENCLATURA GRAMATICAL

Aula de gramática e aula de Língua Portuguesa se fundem, se ambas tiverem como ponto de partida e como foco o uso da língua. O problema reside no fato de que a aula de Língua Portuguesa muitas vezes se torna puramente ensino de nomenclatura gramatical, que tem como essência classificar os fatos da língua. Ensinar gramática voltada ao uso da língua é, então, olhar para as estruturas da língua, para as regularidades, as irregularidades, para os efeitos de sentido que as diferentes escolhas vocabulares, notacionais, sintáticas criam a depender do uso que delas se faz. É ainda compreender que, estando em uso, a língua varia e evolui a todo momento.

Segundo Possenti (1996), os gramáticos analisam a língua para montar/descrever regras utilizadas pela maioria dos falantes num dado espaço e tempo, mas a língua muda. Portanto, não faz sentido querer impor aos alunos uma gramática, muitas vezes, arcaica e que não existe mais. Tampouco faz sentido ensinar nomenclaturas e classificações em detrimento de aspectos que desenvolvam competências de uso das estruturas linguísticas. Daí a importância de se realizar atividades que façam sentido, pois

Todo ensino de categorias, classes e funções só tem propósito quando se destina a conduzir o estudante a perceber os sentidos que criam. O reconhecimento, a classificação e a memorização como uma finalidade em si mesmos não têm nenhuma função num ensino de português que vise levar o aluno a um domínio crescente da língua (FIORIN, 2007, 105).

Ainda, ao se pensar em uma aula de Língua Portuguesa, é ideal que os exercícios propostos partam de gêneros textuais que circulam em espaços a que todos têm acesso e que a análise e a interpretação leve em conta as relações entre aquele e outros textos, assim como entre as partes do texto e os sentidos produzidos devido às escolhas linguísticas e gramaticais feitas pelo seu escritor.

Assim, é após todo esse processo reflexivo sobre as escolhas linguísticas e o efeito produzido que se pode introduzir aos alunos a conceituação gramatical apenas para conhecimento, pois é muito mais importante um aluno saber compreender e produzir períodos complexos do que saber, por exemplo, a classificação das orações subordinadas.

Em uma situação de uso, um produtor de texto, seja oral ou escrito, não fica pensando sobre o nome das orações que utiliza para elaborar seu discurso, ele pensa sobre qual estrutura utilizará no enunciado para dizer o que deseja, para criar este ou aquele efeito de sentido. São essas percepções que precisam ser melhor desenvolvidas com os alunos, o que não exclui o ensino de gramática, mas a mudança de foco do que se ensina como gramática.

Como demonstração prática de transposição didática segundo os preceitos da BNCC (BRASIL, 2018), apresentam-se dois textos: tira e charge, os quais são gêneros textuais que fazem parte da realidade dos estudantes. Ambos são textos multissemióticos e podem ser trabalhados do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II. No caso dos textos constantes neste estudo, a tira poderia ser explorada com um 6º ano, tendo em vista que é um texto mais leve, enquanto a charge, com o 9º ano, levando em consideração a complexidade do tema a ser abordado. Ainda, a BNCC (BRASIL, 2018, p. 141) pontua, ao se trabalhar com os efeitos de sentido, a habilidade de “Inferir e justificar, em textos multissemióticos – tirinhas, charges [...] –, o efeito de humor, ironia e/ou crítica pelo uso ambíguo de palavras, expressões ou imagens ambíguas, de clichês, de recursos iconográficos [...] etc.”.

Por exemplo, a tira abaixo ilustra uma situação humorística vivenciada pelos personagens Penadinho (fantasma), Muminho (múmia) e Zé Vampir (vampiro).

Figura 1: Tira de Maurício de Sousa



Fonte: SOUSA, Mauricio. Twitter, 2018.

Nessa tira, é importante que se instigue ao aluno perceber, de forma consciente, quais são os elementos que constroem o sentido do texto e desencadeiam o humor. Neves (2019, p. 115) elucida que "privilegiar a reflexão é exatamente a razão de preconizar-se um tratamento da gramática que vise ao uso linguístico". Com isso, aliada à análise linguística entra em cena a análise semiótica, posto que se trata de um texto multissemiótico, em que linguagem verbal e visual estão imbricadas no processo de significação.

Em um primeiro momento, é preciso ajudar os alunos a constatar que os personagens escolhidos são personagens defuntos (fantasma e múmia) e um vampiro, o qual não pode andar na luz do sol, por isso a escolha do cenário remetendo à noite e não ao dia e a um cemitério, o que se nota pelas cruzes sobre os túmulos/mausoléus ao fundo. Após a percepção dos efeitos de sentido decorrentes da linguagem visual, é preciso, em especial, explorar o sentido da palavra “reflexo” que, associada ao personagem vampiro, desencadeia o humor. Com a relação de outros textos, consegue-se depreender a ideia de que vampiros não possuem reflexo no espelho, mas são muito ágeis. Assim, a tira brinca com o sentido de “reflexo” associado à ideia de reação rápida.

Portanto, mais importante que classificar “reflexo” como substantivo simples, comum, abstrato... ou como objeto direto é perceber que ele desencadeia significados diferentes, e que é esse fato que provoca o riso.

Um outro exemplo é a charge abaixo:

Figura 2: Charge de Duke



Fonte: PORTAL Metodista, 2019.

Inicialmente, é preciso considerar a função social do gênero charge, que, em geral, é de criticar, satirizar algum problema ou acontecimento em foco na mídia. Numa prática de leitura, pode-se levar o aluno a perceber que os elementos não-verbais refutam o enunciado verbal, refletindo ainda qual relação as imagens ao fundo têm com as imagens à frente. É a palavra “terrorismo” que entrelaça os dois cenários. Assim, é interessante analisar com os alunos os sentidos que tal palavra assume nesse enunciado: o sentido de “terrorismo” para os personagens da charge (dois senhores que leem o jornal) não é o mesmo para o enunciador do texto. Para aqueles, a concepção de terrorismo é a de grandes ataques com bombas e coisas distantes de sua comunidade. Para o enunciador, terrorismo se associa à violência que cotidianamente assola as periferias das grandes cidades.

Para compreender isso é preciso analisar e entrelaçar enunciado verbal e não verbal, levando o aluno a perceber como as cores, a disposição dos elementos, os traços e formas influenciam e significam na construção de sentido do texto. A parte da frente da charge está colorida e mostra um cenário de tranquilidade, enquanto as cenas dispostas ao fundo são em preto e branco e retratam atos de violência. Tais aspectos marcam a discrepância entre duas realidades sociais.

Diante disso, fica claro que mais importante que ensinar nomenclaturas gramaticais é preciso instigar o aluno a perceber/analisar como elementos do texto produzem sentidos. Neves (2019, p. 151) afirma que “estudar gramática é refletir sobre o uso linguístico”, e isso é reproduzido nas atividades propostas, mostrando de forma sutil como os elementos verbais e não-verbais influenciam na construção de um todo de sentido e não simplesmente questionar aos alunos qual é o sujeito da frase presente na charge “Ainda bem que [nós] não temos casos de terrorismo aqui no Brasil!”.

5 CONCLUSÃO

Com vistas a contribuir em novas propostas e/ou rever as práticas de ensino presentes nas aulas de Língua Portuguesa, esse trabalho pretendeu esclarecer a diferença entre ensino de língua e ensino de nomenclaturas gramaticais, refletindo sobre como a gramática está implicada no uso da língua e pode ser explorada nas atividades escolares com vistas ao efetivo desenvolvimento de competências discursivas dos estudantes.

A partir das reflexões feitas, é possível afirmar que ensinar Língua Portuguesa é instruir o aluno a pensar, analisar criticamente e produzir seus próprios textos/enunciados em diferentes situações de interação. A BNCC (BRASIL, 2018) aponta a importância de se priorizar o ensino de Língua Portuguesa voltado ao ensino da língua em uso e de sua reflexão, tendo em vista que a língua não é apenas normas a serem decoradas, a língua é resultado da interação comunicativa com o outro. Por isso a necessidade de se trabalhar com práticas significativas e contextualizadas que façam sentido para o estudante, sempre partindo do texto.

O ensino de gramática, como vimos, está associado ao ensino de Língua Portuguesa, desde que ambos partam e tenham como foco a língua em uso: a compreensão e a produção de enunciados. Ensinar gramática na escola é, então, criar possibilidades para que o aluno consiga olhar para a língua e perceba sua estrutura, regularidades e irregularidades, assim como os efeitos de sentidos que diferentes escolhas linguísticas, sintáticas, notacionais criam a depender do uso que delas se faz.

Isso não significa, por outro lado, que não se possa, ao mesmo tempo em que se exploram os sentidos produzidos, classificar os elementos da língua. Afinal, algumas categorizações também possibilitam uma melhor performance na leitura e na produção de enunciados. O que não se concebe é um trabalho com nomenclaturas e classificações isolado/desconexo da reflexão e análise da produção de sentidos.

Espera-se que o presente estudo possa contribuir para (re)pensar o ensino de Língua Portuguesa nas escolas e elaborar novas propostas em vista do desenvolvimento de competências discursivas dos alunos, levando em consideração que ensinar Língua Portuguesa é inserir o aluno num mundo cheio de possibilidades, em que ele poderá ser tão mais atuante quanto mais desenvolvidas forem suas habilidades de interação, de leitura e produção de enunciados.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2022.
- BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: Ensino Médio*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf>. Acesso em: 29 out. 2022.
- BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2022.
- CARNEIRO, Eunice M. D. *Um olhar crítico sobre o ensino da gramática*. 2012. Trabalho de Conclusão de Pós-graduação Lato Sensu. Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/8188/1/51102766.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2022.
- FIORIN, José L. O ensino de português nos níveis fundamental e médio: problemas e desafios. In: SCHOLZE, Lia; RÖSING, Tania M. K (Orgs.). *Teorias e práticas de letramento*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. p. 95-116.
- GERALDI, João W. (Org.). Concepções de linguagem e ensino de português. In: _____. *O texto na sala de aula*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006. p. 39-46.
- NEVES, Maria. H. de M. *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na língua portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2019.
- OLIVEIRA, Luciano A. *Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- PORTAL Metodista. ENADE: Como se preparar. Disponível em: <http://portal.metodista.br/enade/como-se-preparar/questoes/sociodiversidade-e-multiculturalismo> Acesso em: 13 nov. 2022.
- POSSENTI, Sírio. Gramática e política. In: GERALDI, João W. (Org.). *O texto na sala de aula*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006. p. 47-56.
- POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. São Paulo: Mercado das Letras, 1996.
- SOUSA, Mauricio. #Penadinho_TiraDaMeiaNoite. Twitter, 2018. Disponível em: <<https://twitter.com/mauriciodesousa/status/1045518419821563904>>. Acesso em: 10 nov. 2022.